

EDUCAÇÃO BÁSICA E ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

BASIC EDUCATION AND CIVIC-MILITARY SCHOOLS

Antonio Carlos Will Ludwig*

RESUMO

Este artigo trata da militarização do ensino. Ele tem por objetivo principal revelar e examinar o modelo de educação que é próprio das escolas cívico-militares. Inicialmente, com base no conceito de imaginário, é apresentada uma possível explicação a respeito da tradicional ingerência dos militares na vida civil. Em seguida é feita uma análise descritiva da educação militar e, posteriormente, é exposta uma narrativa histórica sobre o envolvimento dos militares na educação básica. A conclusão mais importante indica que é necessário se opor ao avanço do processo de implantação dessas escolas.

Palavras-chave: Militarização do Ensino. Imaginário Militar. Educação Militar. Escola Cívico-Militar.

ABSTRACT

This article deals with the militarization of education. It has as main objective to reveal and to examine the model of education that is proper of the civic-military schools. Initially, based on the concept of imaginary, a possible explanation is presented regarding the traditional interference of the military in the civil life. This is followed by a descriptive analysis of military education and, subsequently, exposed a historical narrative about the involvement of the military in basic education. The most important conclusion is that it is necessary to oppose the progress of the implementation process of these schools.

Keywords: Militarization of Teaching. Military Imaginary. Military Education. Civic-Military School.

Introdução

Há dois conceitos muito importantes que constituem os pressupostos deste artigo, os quais precisam ser expostos e explicitados, ou seja, a militarização e o imaginário. A militarização é assentada na figura do militar que deve ser visto como o ente incluso em uma categoria social cujo significado diz respeito a um grupo organizado que não se encontra inscrito na atividade produtiva e que possui a tarefa específica de empregar a violência legalizada. Este entendimento exige que a militarização seja conceituada de acordo com a teoria política, isto é, a concretização de um insistente processo discursivo

* Professor aposentado da Academia da Força Aérea, pós-doutorado em educação pela USP e autor de Democracia e Ensino Militar (Cortez) e A Reforma do Ensino Médio e a Formação Para a Cidadania (Pontes). emil@linkway.com.br

que apregoa uma mudança nas crenças reinantes na sociedade, necessárias para legitimar o uso da força e o emprego de grandes exércitos permanentes (LUTZ, 2007).

Nos dias de hoje tal concepção se aplica bem a Israel e aos Estados Unidos da América do Norte. O primeiro porque se encontra rodeado de inimigos e o segundo porque tende a adotar uma ideia de projeção do poder que envolve todos os recantos do mundo. Assim sendo, pode ser dito que a militarização do ensino civil se encontra associada ao fenômeno da militarização. Conseqüentemente ela requer ser compreendida como a presença ativa de militares em diversos setores da estrutura educacional e/ou como o emprego de concepções militares nas organizações que são próprias da educação. Embora em nosso país inexista a militarização, o imaginário dos militares possibilita a utilização desse conceito.

O imaginário faz referência a atividade criativa que acontece no âmbito da subjetividade humana. Esta atividade foi bem explicada por Sartre (1996) a partir das formas da consciência que são a perceptiva, a reflexiva e a imaginante. A consciência imaginante é por ele entendida como aquela que outorga a possibilidade de imaginar. Segundo Sartre o objeto que é percebido ou imaginado encontra-se fora de nós e é a ideia do objeto que se incorpora à nossa consciência e não o objeto em si. A ação de imaginar é algo intencional que se consubstancia no desejo de que surja na consciência uma imagem específica. Acrescenta que o ato da imaginação é norteado por determinadas reações afetivas, conseqüentemente, assim que um objeto é concebido ele se liga a determinados sentimentos.

Uma maneira pela qual o imaginário se desenvolve na mente humana pode ser inferida a partir das exposições de Berger e Luckmann (2014). De acordo com eles a atividade subjetiva destinada a assenhorear o mundo social, denominada internalização, cujo significado diz respeito ao ato de tornar próprio as exigências da vida em sociedade é resultado do processo de socialização que se divide em primário e secundário. No primário, que ocorre na infância, a realidade é passada à criança tal como os adultos que lhes cercam a percebem. No secundário a representação da realidade é assimilada por meio dos contatos com outros grupos e pessoas situados além da esfera familiar.

Concepções Militares

A história da educação brasileira registra que desde há muito tempo os militares das Forças Armadas de nosso país vêm influenciando o ensino concretizado nas escolas. Antes de mostrar as ocorrências pedagógicas manifestadas no decorrer do tempo,

comprobatórias da asserção enunciada, se faz necessário expor os possíveis motivos que os tem conduzido a fazerem incursões no âmbito dos processos formativos destinados aos jovens civis. Tal exposição requer que seja feito inicialmente uma apresentação a respeito de como os militares vêm a si próprios, enxergam os civis e encaram a vida em sociedade, pois é esta visão que orienta suas ações. O exame de teorias que tentam explicar as razões pelas quais os militares brasileiros fizeram múltiplas intervenções na esfera política no decorrer do século vinte contribui bastante para explicitar esta forma de ver a realidade. Antes mesmo de analisá-las e apenas com base nas diversas vezes que praticaram ingerências é possível inferir antecipadamente que eles foram colocados num patamar mais elevado em relação aos paisanos. Este posicionamento destacado tendeu a servir como anuência e incentivo à tomada de iniciativas, ao exercício do protagonismo e ao agir com certa desenvoltura.

Uma das referências que pode contribuir para elucidar a ingerência castrense é a teoria da defesa do Estado assumida por Rouquié (1984). Segundo ele os servidores fardados concebem que o Estado é uma entidade neutra e autônoma. Tais peculiaridades lhe conferem um grande poder intervencionista voltado para a regulação e a disciplinaçã da vida coletiva. Como defensores do Estado eles tentam fazer tudo o que podem para livrá-lo das pressões classistas, pois quanto mais liberado ele permanecer mais facilmente poderá realizar suas incursões no campo social. Esta concepção aliada à veneraçã que nutrem pelo Estado não possibilita a eles tomar consciência de que as incursões estatais só ocorrem por causa do fracasso dos minoritários setores dominantes em fazer com que os majoritários segmentos subordinados aceitem seus interesses como se fossem próprios de todos, ou seja, não conseguem obter o consenso, não são capazes de alcançar a hegemonia.

Ao expor sua teoria Rouquié destaca a posição privilegiada das Forças Armadas no período colonial e a ocorrência de reorganizações modernizadoras em seu interior nos primórdios do século vinte por meio das missões indígena e francesa. A primeira, através do *Offizier Korps* teria conferido aos nossos militares um espírito de casta e uma mentalidade Junker. A segunda teria legado a eles a sua tradição aristocrática. O estado de realce estabeleceu-se porque para ser cadete e posteriormente oficial o indivíduo precisava pertencer à nobreza. Lembramos que além deste pertencimento o processo formativo de então era de padrão elevado. Para entrar na Real Academia Militar e posteriormente na Academia Imperial Militar o processo seletivo concedia preferência a aqueles que possuíam o domínio do latim, do grego e de outras línguas consideradas

relevantes para a época. Mais adiante, ao adquirir o nome de Escola Militar passou a ser oferecido os graus de bacharel e de doutor em Ciências Matemáticas. Para obter o grau de bacharel o aluno tinha que realizar com aproveitamento os sete anos de curso. Para obter o grau de doutor precisava também elaborar uma dissertação de doutorado a ser examinada e aceita por um lente catedrático e defendida e aprovada em uma banca constituída por quatro examinadores. Estas rigorosas exigências aliadas à força do código de ética corporativo contribuíram para a instauração de um sentimento messiânico de supremacia na subjetividade de cada um dos membros do quadro de oficiais o qual perdura até os dias de hoje devido às peculiaridades dos processos formativos e da marcante presença deste código que norteia rigorosamente o modo de pensar, sentir e agir.

A formação militar nos dias que correm e desde há muitas décadas caminha do ensino fundamental à pós-graduação. A preparação nas Academias é feita em tempo integral com aulas de manhã, à tarde e horário de estudo obrigatório no período da noite. Todas as áreas do conhecimento nela se encontram contempladas. A constante realização de cursos presenciais e à distância oferecidos por escolas civis e militares é obrigatória para o aperfeiçoamento profissional e para a ascensão na carreira. É exigido o domínio de línguas estrangeiras haja vista as viagens internacionais, os cursos e os estágios a serem realizados em países escolhidos. Muitos militares produzem artigos e elaboram monografias, dissertações e teses. No decorrer do exercício profissional deslocam-se constantemente por diversas regiões do país o que lhes proporcionam um conhecimento mais apurado da realidade brasileira. Vários deles vão trabalhar em representações militares localizadas em outras nações enquanto que um número significativo presta serviços às tropas das Nações Unidas em regiões de conflito.

No interior da caserna são realizadas diariamente atividades repetitivas. Quase tudo o que é previsto para ser feito se concretiza. Raramente acontecem imprevistos. Todas as ações diárias são norteadas por regulamentos específicos e os princípios básicos de hierarquia e disciplina são rigorosamente observados. Punições são aplicadas em infrequentes comportamentos desviados. A prática do respeito e da camaradagem é incentivada. Tais situações recorrentes próprias deste grupo singular e relativamente fechado contribui de maneira significativa para reforçar os sentimentos de superestima pessoal e de proeminência sobre os paisanos. Ambos os sentimentos são potencializados pelo alto grau de confiança depositado nas Forças Armadas pela população no decorrer

do tempo com exceção do período ditatorial, observando que na atualidade ela é vista pelos civis com a instituição nacional mais confiável.

Outra teoria, a da indisciplina social, esposada por Coelho (2000), vai bem mais além do pensamento de Rouquié, pois concede destaque máximo à organização militar considerada em si mesma. De acordo com ele a intromissão dos militares na política ocorre por três motivos. O primeiro refere-se à priorização dos interesses e necessidades das Forças Armadas, o segundo diz respeito à aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia perante a sociedade e o terceiro é pertinente a um progressivo fechamento aos influxos da sociedade civil.

A proclamação da república aparece como o elemento original desta teoria, pois segundo Coelho a fugaz unidade do movimento militar, o êxito obtido na contestação da autoridade governamental e a quase completa ausência de reação por parte das instituições monárquicas incutiram na subjetividade de cada um dos servidores fardados a crença de precariedade da ordem civil e de supremacia moral da ordem militar. Outro elemento foi o clamor positivista expressado por Benjamin Constant no interior da caserna que teve o poder de fazer vicejar entre os membros da comunidade castrense os sentimentos de autoconsciência e autoestima. Contaminado por estes sentimentos o general Góes Monteiro conclamou que não pode existir um exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada, e o meio mais racional de estabelecer em bases sólidas a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade política, é justamente adotar os princípios da organização militar.

Avançando um pouco mais no tempo pode ser verificado que o slogan segurança e desenvolvimento adotado pelos governos militares se revelou uma concepção mais apurada, sistematizada e atualizada da formulação elaborada por Góes Monteiro. De acordo com Coelho ambas supõem que a defesa nacional é, ao mesmo tempo fator e resultado de uma política de desenvolvimento nacional que para ser eficaz requer como condição necessária uma estratégia global de rígida contenção das forças políticas em luta e de rigorosa disciplina social. Ainda segundo ele, tal pensamento indica que os militares sempre desdenharam dos processos políticos vigentes, da incapacidade e do personalismo das elites civis e da indisciplina social do cidadão. Note-se que o surgimento da ideia de poder moderador atribuída às Forças Armadas resultante de tal noção foi usada para justificar as intervenções militares no campo político. Observe-se também que a doutrina

de segurança nacional vigente no passado trouxe em seu bojo a orientação de que os princípios da organização militar devem nortear a reorganização nacional.

Cavagnari (1987), em sua teoria relativa à construção da potência cujo significado é o de dotar o Brasil dos elementos necessários para que ele seja considerado uma nação importante, soberana e capaz de exercer influências no contexto internacional, caminha na direção semelhante à de Coelho. Esta teoria concebe que as intervenções castrenses aconteceram em função de um projeto militar destinado a transformar nosso país em uma potência. Dentre os diversos requisitos exigidos para enquadrar o Brasil nesta qualificação segundo ele encontra-se a preservação da autonomia militar que é colocada acima da consolidação democrática nacional. Para Cavagnari esta colocação não tem o significado de uma conspiração contra a democracia e nem uma manobra oposta às mudanças, mas sim o sentido de garantir a estabilidade política a qual exige a exclusão do conflito no jogo político e um elevado grau de disciplina por parte da sociedade civil.

Embora existam mais teorias que podem ser examinadas parece-nos que estas são suficientes para perceber qual é o conceito que os militares possuem de si mesmos, como eles encaram os civis e como enxergam a vida em sociedade. De modo resumido pode ser estipulado que eles assumem a postura de que são proeminentes comparados aos civis. A esse respeito lembramos a obra de Castro (1990) que contém registros de conversas entre cadetes do Exército que corroboram tal assertiva. Vale citar também o fato de que na atual reforma previdenciária eles exigiram tratamento diferenciado que foi atendido por meio de uma proposta específica. Pode ser estipulado ainda que eles acreditam que os civis se comportam de maneira descomedida e que a ordenação social deve espelhar-se na organização das Forças Armadas. Frente a tais concepções é possível inferir que os funcionários fardados imaginam que se os civis se transformarem em indivíduos pautados da mesma maneira que eles e se a sociedade passar a operar sem a presença ou com um mínimo de hostilidades e confrontos o viver diário se tornará mais harmônico, produtivo e vantajoso para todos. Considerando que no decorrer dos processos formativos bem como no exercício profissional eles são incentivados a tomar iniciativas e a serem protagonistas é possível que muitos deles assumam o compromisso de fazer incursões no âmbito da sociedade para materializar este ideal.

Contribui para estas iniciativas o fato de que os mesmos são preparados e instados a prestar serviços comunitários por meio de ações cívico sociais. Acrescente-se ainda que a ideia de missão encontra-se profundamente arraigada no caráter dos militares. Assim sendo eles fazem o possível e o impossível para executar as incumbências que lhes são

atribuídas, seja pelas exigências do cargo que ocupam ou por ordens advindas de cima. Some-se a tudo isto a clara percepção que formam de que as Forças Armadas se mostram possuidoras de um elevado grau de autonomização perante o Estado. Esta peculiaridade tende a demonstrar que as mesmas são distintas, singulares e soberanas no âmbito social, fato que tende a reforçar o sentimento de superioridade que trazem dentro de si.

É possível concordar com Cavagnari quando diz que os militares em suas ações intervencionistas não tinham a intenção de prejudicar ou bloquear o avanço do regime democrático haja vista que todas as vezes que as praticaram logo devolveram o poder aos civis. É sabido também que muitos militares foram contra a aplicação do golpe em 1964 bem como houve sérias divergências no alto escalão quanto ao prazo de entrega do poder aos paisanos. No entanto, por motivos que no momento não cabem ser expostos e examinados eles resolveram abandonar a regra empregada anteriormente de intervir e recuar de modo relativamente célere e permanecer na direção do país durante vinte anos.

A partir do processo de redemocratização o modo de proceder dos servidores fardados começou a mudar por causa de alguns fatores. As condutas antidemocráticas que manifestaram no decorrer dos vinte anos provocaram atitudes de repúdio no meio civil e conseqüente perda de prestígio no âmbito da sociedade. Tais ocorrências os levaram a repensar e modificar seus comportamentos em função do novo cenário político emergente. No final da década de noventa do século passado foi criado o Ministério da Defesa o qual colocou as Forças Armadas simbolicamente e realmente sob o comando de sucessivos ministros civis. Desde esse período até em data mais recente os militares tiveram que conviver com presidentes e partidos políticos de centro esquerda. Sofreram sérios constrangimentos com revelações que vieram à tona por meio do relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade.

O documento intitulado Estratégia Nacional de Defesa que emergiu em 2012 e que dentre outros tópicos trata das diretrizes relativas ao preparo e emprego das instituições bélicas na defesa do país e na garantia dos poderes constitucionais apresenta-se totalmente baseado em princípios democráticos. Apesar do atual presidente da república ser oriundo da caserna as Forças Armadas têm mantido uma posição de cautela e equidistância do primeiro mandatário. Apenas um dos ocupantes de cargos no primeiro escalão pertence à ativa do Exército, os demais são todos da reserva, observando que os generais mais próximos dele, além das tarefas que realizam almejam exercer uma função de tutela, principalmente quanto à possibilidade do mesmo ensaiar ações incompatíveis com os princípios do regime democrático. A liberdade de expressão já é garantida a eles

pela Constituição, por decisão do Supremo Tribunal Federal e pelos tratados internacionais que nosso país é signatário, falta apenas alterar o Código Penal Militar que é considerado o documento mais importante para eles. Já há um encaminhamento deste assunto na Câmara Federal. Assim sendo, pode ser asseverado que nossas Forças Armadas bem como seus integrantes encontram-se hoje em sintonia com o regime democrático.

Educação Militar

Exposto o modo de pensar, sentir e agir dos militares se faz necessário agora examinar o modelo de formação a que são submetidos uma vez que é tal modelo, no todo ou em parte, que almejam ver concretizado no ensino civil. Este modelo pode ser visto pelo ângulo de referenciais teóricos específicos. Um deles diz respeito ao tema das *instituições totais* abordado por Goffman (2015). Nestas instituições que incluem as Forças Armadas tem-se em vista instaurar um processo de despojamento ou de alteração profunda da personalidade. Assim sendo, seus responsáveis agem de tal forma que a autonomia do indivíduo é praticamente eliminada por causa da necessidade de cumprir com rigor e em conjunto as atividades minuciosamente programadas. A identidade pessoal tende a ser removida e cada um tem que constantemente manifestar sinais de respeito aos superiores, os quais podem utilizar expedientes punitivos capazes de garantir essa exibição. Embora esta explicação apresentada por Goffman se aplique integralmente ao preparo dos militares ela se mostra insuficiente por acentuar apenas o lado uniformizador do processo. Com efeito, a formação dos agentes bélicos também possui um aspecto diferenciador, pois a manutenção e o funcionamento de uma organização marcadamente hierárquica exige que seus integrantes sejam classificados haja vista que inexiste hierarquia sem classificação.

Bourdieu e Passeron (2011) também apresentam uma contribuição importante. Segundo ambos, nas instituições totais pode ser observado claramente a ocorrência do emprego das técnicas de *desculturação e reculturação*. às quais deve recorrer um trabalho pedagógico que visa produzir no indivíduo um *habitus* bastante duradouro. Tal *habitus* diz respeito a um esquema de pensamento, apreciação, percepção e ação. Sua formação é muito relevante nas instituições castrenses pois devido à sua durabilidade e eficácia apresenta-se como um substituto das imposições e das repressões comumente praticadas.

Foucault (2018), concede um auxílio fundamental ao expor os mecanismos utilizados para consumir o ato de disciplinação rotineiramente efetuado nas instituições bélicas. Um deles consiste no estabelecimento de um ambiente fechado onde todos devem permanecer para realizar as atividades programadas. O segundo diz respeito ao *quadriculamento* que

significa cada indivíduo em seu lugar, e em cada lugar um indivíduo. Este mandamento tem por finalidade evitar o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa. Também se mostra como uma tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Ele é muito importante para estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos. O terceiro faz referência à organização por meio de filas. De acordo com Foucault na disciplina os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. As filas possibilitam o exercício do controle de cada um e pela observação constante do instrutor ou professor permitem a eles punir, recompensar e hierarquizar os alunos segundo critérios previamente estabelecidos.

Um dos elementos mais relevantes da formação militar que permite constatar a aplicabilidade destes referenciais teóricos diz respeito à rotina diária cumprida pelos alunos. Nos cursos de preparação de oficiais, com algumas variações entre as três armas, ela envolve a alvorada, o café da manhã, as aulas matutinas, a parada diária, o almoço, as aulas vespertinas, o arriamento da Bandeira, o jantar, o estudo noturno e a revista de recolher. A viabilidade desta rotina é garantida por um rigoroso planejamento normativo, por um detalhado calendário escolar e por programação criteriosa das aulas elaborados por equipes especializadas.

Outro componente relevante é pertinente aos mecanismos de controle utilizados. Os princípios básicos de hierarquia e disciplina norteiam toda a atividade de controle. A hierarquia diz respeito à posição ocupada por cada um numa escala vertical de autoridade e incumbências. A disciplina significa a obediência às ordens emanadas daqueles que encontram-se em pontos mais elevados dessa escala pelos que se situam mais abaixo bem como o cumprimento de toda legislação militar. A observação e a vigilância dos comportamentos são constantemente empregadas. Punições e recompensas por atos praticados também são recorrentes. No âmbito da teoria psicológica esta forma de controle se encaixa na teoria do condicionamento, cujo pressuposto principal é de que as pessoas são moldadas por fatores ambientais, ou seja, apresentação de respostas apropriadas diante do surgimento de estímulos específicos. Esta teoria já recebeu críticas de estudiosos do assunto, particularmente quanto à aplicação de reforçadores negativos e do controle aversivo na recuperação de pessoas que exibem condutas indesejáveis,

porquanto é muito baixa a sua eficácia. Além disso, a constante aplicação de punições tende a produzir efeitos colaterais que não são bem vindos tais como o medo e a apatia.

Durante todo o processo formativo assim como durante toda a carreira profissional os militares fazem uso de um modelo específico de administração. Em relação a ele deve ser dito, em primeiro lugar que, embora decadente, ainda é consoante às peculiaridades das instituições militares tanto na situação de paz quanto na de guerra, apesar de que nesta segunda um estilo de liderança costuma acompanhá-la. Este modelo assenta-se nos princípios de planejar, controlar, organizar, comandar e coordenar e nas diretrizes divisão do trabalho, obediência às regras, unidade de comando e diferenciação dos níveis de autoridade. Tal estilo de gestão de acordo com Silva (1990), delineado por Fayol a partir do estreito contato que mantinha com os militares franceses de sua época, baseia-se num organograma de tipo linear e é considerado o mais antigo de todos. Segundo Silva trata-se de uma estrutura na forma de pirâmide em cujo vértice repousa a autoridade máxima. Por essa razão é centralizadora para preservar a unidade de comando. Cada setor opera com autonomia, subordinando-se apenas em relação à autoridade de linha, ou seja, na vertical.

A configuração e a ocupação do espaço físico emerge também com um componente fundamental do processo formativo porquanto a distribuição criteriosa dos indivíduos em locais determinados se mostra como um recurso eficaz de disciplinação. No âmbito das unidades castrenses o quadriculamento e as filas são rotineiramente utilizados tendo em vista o controle das presenças e ausências necessário à realização das atividades previstas. O quadriculamento pode ser notado em todas as solenidades militares de qualquer grau de importância. Nelas encontram-se previstos os locais para os oficiais superiores, os oficiais subalternos, os suboficiais e sargentos, o os cabos e soldados. Dois croquis específicos são previamente elaborados, um para tempo normal e outro para tempo instável, isto é, caso ocorra chuva. Em relação às filas estas são organizadas segundo a patente e o grau de antiguidade de cada um. A distribuição horizontal e vertical de um agrupamento mostra que nas primeiras filas encontram-se os oficiais superiores, cuja linha de ascendência caminha da esquerda para a direita. Nas filas seguintes acham-se os oficiais subalternos, em seguida os suboficiais e sargentos e no fim os cabos e soldados sempre obedecendo a linha de ascendência.

Em se tratando das salas de aula observa-se o mesmo procedimento. No interior de uma classe evidenciam-se dois ambientes, ou seja, o do aluno e o do professor, geralmente separados pela presença de uma mesa. A ocupação das cadeiras pelos alunos,

a partir da frente para traz obedece ao critério de antiguidade que é baseado no princípio da meritocracia. Aqueles que obtêm notas e conceitos mais elevados sentam-se nas primeiras filas. Os que obtêm notas e conceitos mais baixos acomodam-se nas últimas. O início e o término das aulas ocorrem de modo ritual, isto é, com os alunos em pé após a ordem de comando emanada do líder da sala: ``atenção turma, turma sentido``. Muitas portas de salas de aula possuem uma pequena abertura revestida de vidro que permite a quem está do lado de fora observar a conduta dos alunos e do professor para constatar se as atividades estão transcorrendo de acordo com o previsto.

A prática da ordem unida contribui para a produção do mesmo efeito que a ocupação do espaço físico. Exaustivamente executada durante todo o processo formativo ela visa fazer com que o deslocamento da tropa ocorra em perfeita ordem, de maneira enérgica e marcial. Embora não tenha quase utilidade alguma numa situação de combate ela continua servindo para a manutenção do tradicionalismo das organizações militares e para o trabalho de defesa interna onde é exigida a ação conjunta para dispersar a ação de grupos provocadores de distúrbios. Basicamente ela ocorre em função das ordens de comando: ``cobrir``, ``sentido``, ``em frente ordinário marche``, ``esquerda volver``, ``direita volver``, ``marcar passo``, meia volta volver``, ``olhar a direita``, ``olhar a esquerda``, ``alto``. A marcha obedece à cadência do tambor em passos sincronizados e com as posturas corretas do corpo, dos braços, dos cotovelos, das mãos, do queixo, do olhar e das pernas. O objetivo da ordem unida é garantir o acatamento e a subordinação. Os aplicadores da ordem unida sabem que a repetição de ordens claras e bem conhecidas seguidas de uma execução rápida, precisa e de modo maquinal garante o estabelecimento do reflexo da obediência.

Embora haja outros aspectos da educação militar que podem ser mencionados consideramos que estes são suficientes por se mostrarem mais relevantes. Vale acrescentar que todo o processo formativo dos militares desde o ensino básico até à pós graduação é concretizado sob a égide da pedagogia tecnicista que é aquela assentada nos princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade bem como na ideia da neutralidade científica. Ela tem por finalidade transformar o ensino em algo objetivo e operacional, pois sua meta mais importante é a de garantir que o aluno assimile conhecimentos, desenvolva habilidades e internalize atitudes. Para alcançá-la existe uma formidável e onerosa estrutura de apoio que é composta pelos setores de planejamento do ensino, de avaliação da aprendizagem e de recursos áudio visuais dentre outros. Em todos eles encontram-se equipes de profissionais especializados tais como psicólogos e

pedagogos que se dedicam integralmente às tarefas que lhes são destinadas além de um corpo docente devidamente qualificado para ministrar as aulas conforme os padrões estabelecidos.

Cabe aditar ainda que esta visão do processo formativo enfatiza seu aspecto uniformizador e conformador que é o mais evidente e marcante e que favorece sobremaneira o exercício das atividades de administração e comando. Entretanto, tal como já dissemos, ele possui também um aspecto diferenciador e voluntarioso necessário à constituição da escala hierárquica. Enquanto o primeiro concede destaque ao comportamento grupal o segundo atribui realce à conduta individual. A esse respeito importa citar que as atitudes de tomar a iniciativa, exercer protagonismo, fazer críticas balizadas, apresentar propostas originais, realizar questionamentos e expor sugestões alternativas, além de outras, são estimuladas e orientadas paulatinamente a partir do momento em que o processo de despersonalização, isto é, a troca da identidade civil pela militar, se encontra concluído ou em estágio avançado.

O aspecto diferenciador requer que o aluno perceba que ele não é apenas um indivíduo exibidor do reflexo de subordinação e sim também uma pessoa reativa. Tal percepção é conseguida por meio de seu empoderamento. Para tanto um dos procedimentos utilizados diz respeito aos periódicos julgamentos que os discentes realizam sobre os cursos ministrados. Nesta tarefa eles analisam a qualidade da aula e o desempenho do professor civil e do instrutor militar. Não é incomum ocorrer alterações nos conteúdos tratados, nas estratégias de ensino aprendizagem e nas atitudes de ambos em função dos julgamentos realizadas. Outro procedimento relaciona-se com as provas e exames elaborados e aplicados pelos professores e instrutores. Caso determinado aluno ou grupo de alunos detectem algum problema no instrumento avaliador eles podem reclamar por escrito e se tiverem razão parte dele pode ser anulado ou o instrumento todo pode ser invalidado.

Em relação aspecto uniformizador da educação castrense deve ser dito que uma de suas bases teóricas é o funcionalismo. Tal corrente de pensamento propõe que a sociedade se apresenta como um todo no qual as partes encontram-se bastante harmonizadas entre si e contribuem para a manutenção de seu equilíbrio. Nesta visão o conflito social é visto como algo disfuncional que necessita ser reduzido ao máximo possível, de preferência, ser erradicado. Este modo de enxergar a realidade se coaduna com a tarefa constitucional das Forças Armadas relativa à manutenção da lei e da ordem. É uma concepção política bastante conservadora pois o conflito não é visualizado como

um fenômeno inerente à uma sociedade estratificada, injusta e desigual, não é encarado como uma ocorrência impossível de ser eliminada e nem percebido como um elemento positivo, estimulador de mudanças sociais necessárias.

Várias peculiaridades da formação militar juntamente com este aspecto uniformizador possibilitam depreender a existência de outra base teórica que é constituída pelo pragmatismo e pelo consequencialismo. No que diz respeito ao pragmatismo cabe lembrar que seu fundamento epistemológica é de cunho empirista e indica que a verdade se refere à utilidade de uma concepção, de uma crença, ou de que ela é o sucesso de uma ideia. O consequencialismo assenta-se no mandamento de que o homem ao agir deve antecipadamente considerar os diversos resultados que poderão emergir de sua ação com vistas a fazer a escolha mais adequada. Apesar de não ser próximo ao intelectualismo e aos processos reflexivos metódicos o consequencialismo é bastante apropriado à profissão militar principalmente no campo de batalha onde as decisões tem que ser tomadas com base nos possíveis efeitos que poderão advir ao se colocar em prática um procedimento ofensivo ou defensivo

A educação militar também é fortemente pautada pelo patriotismo. Este valor pode ser entendido como os elevados sentimentos de orgulho, de amor e de devoção à pátria internalizados por eles e manifestados nos momentos oportunos. A pátria deve ser entendida como a terra onde nascemos ou que adotamos para viver. Ela aparece, portanto, na forma de um Estado Nacional devidamente constituído. A educação do militar que é um funcionário fardado do Estado, legalmente encarregado da aplicação da violência, prioritariamente contra o inimigo externo, precisa ter um sentimento patriótico muito robusto pois ele é de fundamental importância numa situação de combate, uma vez que funciona como um forte motivo para se continuar lutando. Portanto, uma educação para o patriotismo tem por objetivo principal a manutenção da soberania nacional que diz respeito à autonomia dos governantes de um país para tomar decisões consoantes aos interesses nacionais.

É importante destacar que o patriotismo, apesar de ter um sentido específico pode vir acompanhado pelo nacionalismo, uma ideologia que defende a perenidade de uma nação, a proteção de seu território e a não transformação ou destruição de sua cultura. Ela admite o emprego do autoritarismo, a manifestação de atitudes discriminatórias contra imigrantes, a defesa da superioridade do país em relação a outros, o racismo e a xenofobia. A história de nosso país registra que os militares brasileiros, desde há algum tempo têm manifestado atitudes nacionalistas. Talvez seu início se encontre no governo de Getúlio

Vargas quando ele transformou o Estado em um organismo forte, voltado para a intervir na esfera econômica com vistas a proteger a indústria nacional e também para promover um mercado interno e assumir o papel de investidor principal.

O ideário nacionalista perpassou o governo de Juscelino onde imperou a ideologia nacional desenvolvimentista que considerava bem vinda a entrada do capital estrangeiro. No decorrer dos vinte anos de governos militares foram usadas campanhas ufanistas destinadas a conquistar a simpatia da população e ajudar no empenho por eles dedicados ao desenvolvimento do país. Atualmente temos um governante democraticamente eleito, filiado a um partido de direita e originário das hostes castrenses, que tem demonstrado uma inclinação para o lado do nacionalismo. Embora possa haver pessoas que digam que o nacionalismo brasileiro é genuíno, sadio, de bom senso, não se pode depositar total confiança nele, principalmente se for levado em conta o seu congênere europeu que teve um papel destacado tanto na primeira quanto na segunda guerra mundial.

Este modelo de educação militar que se pretende levar em parte ou no todo à educação civil pode ser objeto de observações críticas. O estilo de administração e de comando na forma de pirâmide conforme visto anteriormente e que se constitui peça central das organizações bélicas possui grande flexibilidade. As decisões podem se concentrar apenas na figura dos chefes, estes podem consultar seus comandados antes de decidir ou podem decidir por meio do voto da maioria ou por consenso. As duas primeiras formas podem ser consideradas autocráticas e a terceira democrática. O que se nota na caserna é a recorrente prática dos dois primeiros. Note-se que o mesmo também pode ser utilizado no modo *laissez-faire* onde o dirigente deixa totalmente ao grupo a tarefa de tomar decisões.

Ambas as maneiras de decidir funcionaram bem durante séculos, haja vista que sua eficácia foi comprovadas nas guerras de primeira, de segunda e de terceira gerações, respectivamente baseadas em massas humanas, poder de fogo e manobrabilidade. Elas também continuam importantes nos dias de hoje em relação às batalhas assimétricas que estão ocorrendo em várias partes do mundo onde a capacidade de combate dos lados opostos é desigual. No entanto, nas guerras de quarta e de quinta gerações elas não se mostram apropriadas. A de quarta revela que o Estado não mais detém o monopólio sobre ela e a luta envolve a presença de grupos independentes de nações. Emergem ainda o uso de ações terroristas, a tentativa de imposição de uma determinada ideologia, a manipulação psicológica, o emprego de múltiplas armas e a utilização da rede de computadores. A de quinta, segundo os estudiosos do assunto, já se encontra despontando

e pode ser entendida como uma extensão da quarta, porém em nível bem mais complexo. Essencialmente ela pode ser entendida como um conjunto de ações originada externamente que visa minar a soberania de um país. Como pode ser notado, tanto na quarta quanto na quinta não existe um teatro de operações delimitado e nem tropas posicionadas em lados opostos. Possíveis combates entre grupos inimigos reduzidos tendem a ser raros e pontuais. Num contexto dessa natureza vale muito o conhecimento especializado detido por qualquer pessoa ou integrante da força bélica. Assim sendo o poder da hierarquia é bastante diminuído, torna-se quase nulo. Ademais a grande maioria dos militares nunca se envolverá em combates próprios das guerras convencionais.

Vale ressaltar que a forma democrática de tomar decisões já foi utilizada em situações de combate. O método de comando das tropas alemãs na segunda guerra mundial denominado *auftragstaktik*, possibilitava a todos os integrantes da escala hierárquica, desde o soldado raso até o general comandante a exercitar suas capacidades de autonomia e iniciativa, podendo inclusive em circunstâncias específicas modificar ou deixar de cumprir as missões que lhes foram confiadas se percebesse a sua impropriedade. Esta mesma forma de comando foi exitosamente utilizada pelos militares israelenses nas guerras de Seis Dias e de Yom Kippur, cujo estilo de liderança empregado estimulava todos os envolvidos a tomar parte do processo decisório. Outro exemplo ocorreu na Guerra das Malvinas. Nela os comandantes da tropa inglesa instaram os comandados a fazer críticas, apresentar sugestões e participar nas reuniões de tomada de decisões.

Muitos militares brasileiros já defenderam o modo democrático de liderar. Em seus escritos eles argumentaram que a era do chefe autocrático foi superada pelo advento do chefe democrático, que o exercício do comando não consiste apenas em dar ordens e sim despertar nos comandados a colaboração voluntária, que os chefes de todos os níveis hierárquicos devem tornar-se líderes eficazes por meio do comando democrático e da correção da tendência comportamental coercitiva e autoritária, que só a chefia democrática corresponde plenamente às aspirações comuns do grupo que representa além de significar um poder racional e consentido que leva aos melhores resultados.

Destaque-se ainda que existem outros modos de organização das Forças Armadas. Podemos constatar, por exemplo (LUDWIG, 1998) que na Suécia a disciplina tem uma conotação diferente, pois é entendida no sentido de espírito de equipe e empenho a favor dos camaradas e não como simples obediência a regras ou ordens emanadas de superiores hierárquicos. O esquema punitivo baseia-se essencialmente no pagamento de multas em dinheiro e a prisão de alguém depende de decisão da corte civil. Outro exemplo encontra-

se na Suíça. Neste país vigorou por muito tempo um sistema de milícia onde o cidadão servia algumas semanas por ano às Forças Armadas e conservava em sua casa armamento, munição e farda. Os comandantes não ostentavam autoridade uma vez que o respeito à hierarquia faz parte dos valores do povo suíço. Durante os exercícios bélicos frequentemente acontecia de um superior hierárquico na esfera militar, porém subalterno numa determinada empresa, estar comandando um grupo no qual um de seus integrantes era seu chefe nessa empresa.

Os casos citados e a argumentação exposta revelam que as Forças Armadas não precisam mais ostentar uma ordenação baseada nos rigorosos princípios de hierarquia e disciplina, mesmo porque se elas tem por uma de suas principais funções defender a democracia parece coerente que devam utilizar expedientes democráticos em seu interior. Este entendimento encontra respaldo em Bobbio (2017), talvez o principal defensor do uso desses expedientes em todos os setores da vida em sociedade tais como os locais de trabalho, os hospitais, as escolas e também os quartéis. Ele deu o nome de democracia social a esse processo de extensão da atividade participativa. Segundo este eminente filósofo da política, a ocupação desses espaços é de fundamental importância para a manutenção de um Estado democrático porquanto revela-se muito difícil a sua sobrevivência no interior de uma sociedade, cuja maioria das instituições não são gerenciadas de maneira democrática.

Vale lembrar a esse respeito que os militares norte americanos já desenvolveram estudos (Campbell, Hannah, Matthews, 2010) no âmbito da Psicologia, bem como já estão colocando em prática seus resultados, pertinentes à área da liderança de grupos combatentes que se aproximam bastante da gestão democrática. Decorrente da investigação realizada propuseram um estilo de comando denominado Liderança Compartilhada onde todos os integrantes da equipe possuem o mesmo grau de responsabilidade pela sua condução no cumprimento das missões a ela atribuídas.

Militares e Educação Civil

O fenômeno da militarização das escolas não é uma ocorrência típica de nosso país, haja vista que ele já se manifestou e continua se manifestando em diversas nações por motivos diferentes. Uma delas é a Coreia do Norte. Embora nela haja eleições periódicas estas possuem um caráter formal, uma vez que se mostra como uma rigorosa ditadura hereditária acompanhada pelo culto à personalidade do líder dirigente. Possui o quinto maior exército do mundo com mais de um milhão e duzentos mil homens, uma

média de um soldado para cada vinte e cinco cidadãos. Detêm armas de ponta tais como artefatos nucleares e mísseis balísticos que comumente são utilizados como intimidação a qualquer tipo de ameaça vinda de outros países. A educação básica é totalmente sustentada pelo Estado e inclui o fornecimento de material didático e uniformes. A iminência de guerra permanente fez com que o sistema de ensino se tornasse bastante militarizado. Os alunos da educação básica usam fardas militares, fazem cursos e estágios de defesa em unidades bélicas, aprendem a desfilar e desfilam diariamente para entrar e sair da escola, fazem glorificações aos líderes políticos, exaltam o país e repetem frequentemente slogans patrióticos cercados por paredes possuidoras de estampas de blindados, armas e tropas que caminham em direção ao combate.

A China, uma nação que se apresenta como um regime socialista, dirigida pelo partido comunista, dotada de um governo marcadamente autoritário e cuja economia indica que os meios de produção são de propriedade pública e/ou cooperativa, porém operados na forma de uma economia de mercado, possui o maior exército do mundo com mais de dois milhões e trezentos mil soldados. Neste país a militarização da educação incide na primeira e na última série do ensino médio e no primeiro ano da universidade e visa conter a disseminação de ideologias contrárias à que é recorrentemente defendida, particularmente as concepções e valores liberais. Para tanto os alunos do ensino médio juntamente com os calouros das faculdades participam de um programa de treinamento militar com duração aproximada de vinte dias. Embora este treinamento tenha sua origem na década de cinquenta do século passado ele foi intensificado após os protestos estudantis ocorridos em 1989. O mesmo costuma ser realizado em espaços das universidades ou mais frequentemente em locais previamente definidos, situados no interior do país. As atividades desenvolvidas incluem passar a noite em claro como sentinela, tomar banho em chuveiros coletivos, cantar músicas revolucionárias, manusear armas e estudar temas relativos à estratégia militar.

Israel, ao contrário da Coreia do Norte e da China, é um país que ostenta um regime democrático parlamentarista. O Estado israelense foi criado por meio de uma resolução das Nações Unidas em 1947 que lhe outorgou um espaço relativamente pequeno no oriente médio. A partir de sua institucionalização começou a sofrer hostilidades de vizinhos fronteiriços haja vista que no dia seguinte do seu nascimento foi invadido por árabes. No decorrer do tempo envolveu-se em várias guerras com nações árabes circundantes e sua política de ocupação territorial tem sido capaz de intensificar as ameaças vindas de fora. Por causa disso a preocupação com segurança é proeminente

em todos os habitantes. Para manter-se nesta região ele conta com forças de defesa possuidoras de elevada competência. Vale ressaltar que os jovens de ambos os sexos, a partir dos dezoito anos devem ingressar nas Forças Armadas e nelas permanecer por três anos. Após este período tem que voltar a elas anualmente para realizar treinamentos específicos durante sessenta dias.

Esta situação inclina-se a tornar corriqueiro, normal e não surpreendente o ostensivo comparecimento dos militares em todos os locais da vida em sociedade. Assim sendo é bastante comum a presença deles nas escolas. Aí se dirigem para dialogar com os estudantes, passar informações a eles e fazer apresentações sobre temas pertinentes. São profissionais admirados pelos civis, são vistos como modelos pelos mais jovens, a maior aspiração deles é ser militar e os pais, por sua vez, têm como maior desejo encaminhar o filho para a caserna. A militarização é bastante cultuada, pois tal como os soldados os alunos nas escolas participam entusiasticamente das comemorações do Dia da Independência, do Dia do Holocausto e do Dia de Homenagem aos Soldados além de celebrarem o assassinato de árabes.

A história que aprendem tem como eixo o nacionalismo que não só é acentuado e típico dos militares mas devidamente internalizado pelos civis. A educação cívica assenta-se firmemente no nacionalismo e concede ênfase aos valores judaicos (BARAK, 2005). Trata-se de um programa etnocêntrico que se centraliza em Israel como um Estado judeu e democrático. Também Já se encontra em funcionamento uma escola constituída por militares destinada a ensinar os jovens a enfrentar os rigores da vida castrense e os procedimentos de defesa em caso de ataques. Eles fazem um curso intensivo em acampamentos e lá permanecem por várias semanas durante as quais aprendem as técnicas de defesa pessoal, a atirar e a identificar o inimigo. Desde que foi aberta, há mais de doze anos, continua crescendo e já possui mais de dez mil alunos

O Reino Unido, possuidor de longa tradição democrática dispõe de forças militares também consideradas como uma das melhores do mundo. A Marinha tem um passado glorioso uma vez que por muitos séculos dominou os mares do planeta. A Força Aérea destacou-se na Segunda Guerra Mundial na luta contra a Luftwaffe germânica. O Exército possui séculos de tradição e integra o seletivo grupo dos mais poderosos do mundo. Por causa dessas peculiaridades as Forças Armadas são instituições que os britânicos depositam muita confiança, acreditam piamente na sua capacidade de garantir a defesa da nação. Assim sendo são dotadas de muito prestígio perante a sociedade. Decorrente de tais fatos elas passaram a ser vistas como um modelo de organização a ser imitado no

decorrer de muitas décadas. Por conta disso, até os anos setenta do século passado muitas escolas públicas receberam um influxo militar que envolveu os canais de admissão, os antecedentes dos alunos e a preparação para a entrada nelas. Durante todo este período houve um grau substancial de militarismo na cultura das escolas e um grau moderado de militarização, principalmente indireta, na estrutura das escolas (OTLEY, 1978).

Nos Estados Unidos da América do Norte a situação é bem diferente e bastante difusa. Do ponto de vista histórico pode ser dito que a militarização teve início no transcorrer da Primeira Guerra Mundial quando aconteceu um movimento liderado por professores de educação física que pretendiam colocar treinamento militar nas escolas públicas, mas foram rechaçados pela maioria dos colegas. O ataque a Pearl Harbor no início da Segunda Guerra Mundial e o consequente revide das forças militares gerou uma forma de educação cívica que se contrapôs às políticas totalitárias de então. O onze de setembro de 2001 teve o poder de intensificar sobremaneira os sentimentos de patriotismo, nacionalismo e xenofobia dos estadunidenses, além de favorecer a emergência de uma atitude etnocêntrica e de supremacia perante os outros povos.

O onze de setembro pode ser visto como o principal causador da militarização do ensino nos dias que correm (OSANLOO, 2011). Um dos efeitos dele refere-se à intensificação do regime de controle social nas escolas públicas por meio da vigilância tecnológica e da constante presença de policiais militares em seu interior (KUPCHIK; MONAHAN, 2006). Com base numa concepção punitivista estão aparecendo escolas terceirizadas por organizações que adotam modelos denominados de *quase militares e sem desculpas*. Compostas por maioria de afrodescendentes seus regulamentos exigem silêncio absoluto no ônibus escolar, quietude nas reuniões programadas e muita discricção na hora do almoço. Há também um cartão onde são registradas as infrações cometidas. Seis delas provocam o castigo da detenção por três horas. Existem penas mais severas tais como suspensões por vários dias.

Também há escolas tipicamente militares, porém não obrigatoriamente ligadas ao Exército, à Marinha ou à Força Aérea. Com um expediente de dezesseis horas os alunos realizam atividades esportivas, praticam atividades físicas e participam de aulas das matérias previstas no currículo. Possuem um código de ética que leva em conta a disciplina, a honra, a integridade, o respeito e a fidelidade. Exigem o cumprimento rigoroso da rotina estabelecida que inclui as horas de acordar, de almoçar, de estudar, de dormir, etc. Mencione-se também o oferecimento de cursos bancados por setores das Forças Armadas os quais são destinados a preparar alunos interessados em adentrar às

fileiras castrenses. Cabe citar ainda que a militarização já alcançou o ensino superior. Com efeito, segundo Giroux (2008), muitas universidades norte americanas estão fazendo pesquisa, produzindo inovações e criando novos conhecimentos para atender exclusivamente a demanda oriunda da área castrense. Algumas universidades tais como Harvard e Colúmbia também estão oferecendo seus espaços para o Corpo de Treinamento de Oficiais da Reserva, o qual oferece capacitação militar aos alunos interessados.

No que diz respeito ao nosso país a militarização do ensino ocorreu em diversos momentos da história. Durante a manifestação deles emergiram alguns eventos pedagógicos relacionados ao ensino da moral e do civismo. Rosa Souza (2000) é a autora que os citam tendo por referência o ensino paulista. Um desses eventos emergiu logo no início do século vinte no âmbito dos Grupos Escolares e das Escolas-Modelo. Tratava-se dos batalhões infantis, concebidos como meio de estímulo aos alunos, de forma que os postos fossem distribuídos para aqueles que melhor se distinguissem por seu comportamento, aplicação e garbo militar. Nesses batalhões deveria se aplicar o regime militar como meio profícuo de disciplina.

Segundo Rosa os batalhões, simulacros de corporações militares, recebiam treinamento fora do horário regulamentar das aulas e utilizavam um aparato condizente com o ritual cívico a que se prestavam: além do fardamento, espingardas de madeira, cinturões, baionetas, tambores e cornetas. Ainda de acordo com ela cada batalhão possuía um estandarte e recebia o nome de um herói nacional ou de uma personagem política eminente. À semelhança das organizações militares, os batalhões infantis, reunindo pequenos soldados, simbolizavam uma das finalidades primordiais da escola pública, ou seja, a celebração cívica. A inferência exposta por Rosa é a de que tais práticas ajudaram a reforçar o imaginário sociopolítico da República. Entendem-se, dessa forma, o encantamento que tais agremiações provocavam na sociedade da época ao oferecerem a representação de um corpo unido e harmônico, como deveria ser a pátria e a nova ordem.

Outro evento dessa natureza, aconteceu após a Primeira Guerra Mundial. Neste lapso emergiu um fervor nacionalista evidenciado pela recusa à estrangeirização do país, pelo desejo de reforma política e pela moralização dos costumes. Neste contexto, de acordo com a autora, grande ênfase foi dada à educação cívica, considerada elemento fundamental para o soerguimento moral da nação, para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade. Tendo em vista a concretização deste ideário optou-se pelo escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria o qual foi massivamente implantado no ensino paulista juntamente com a denominada linha de tiro

destinada aos alunos maiores de 16 anos das escolas normais, ginásios ou escolas profissionais. Na época o escotismo era concebido como os exercícios, tanto quanto possível militares, para melhor desenvolvimento físico dos alunos e também o conhecimento das máximas cívicas para o seu aproveitamento moral. As duas práticas tinham os militares como instrutores.

A partir de 1925, segundo Rosa, além do escotismo, que inclinou-se a perder relevância, foi , introduzido nas escolas públicas de São Paulo o Orfeão Infantil Paulista, composto por todos os alunos das duas seções dos grupos escolares dos terceiros e quartos anos. Tal atividade tinha por objetivo desenvolver nas crianças o gosto pelo canto e pela poesia nacional.

Alguns anos antes do término da Segunda Guerra Mundial, e por ela influenciada, a educação moral e cívica, agora em nível nacional, tinha por finalidades principais forjar a consciência patriótica do aluno e internalizar nele a afeição ao dever militar. De modo complementar, visava também preparar os jovens para exercerem os papéis sociais de pai e mãe. O culto à Bandeira Nacional e o canto do Hino Nacional eram os procedimentos postos em prática diariamente. Houve ainda incentivo à criação dos Centros Cívicos encarregados de organizar as diversas comemorações nacionais. A legislação vigente previa a disponibilização de oficiais das Forças Armadas para colaborarem com esta formação.

Cabe lembrar que no decorrer dos governos militares foi instituída no Ministério da Educação e Cultura a Comissão Nacional de Moral e Civismo cuja finalidade era a de fazer a necessária articulação com as autoridades civis e militares em todos os níveis de governo com vistas à implantação e manutenção da Doutrina da Educação Moral e Cívica. Em 1971 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi mantida a sua obrigatoriedade, sendo que após o processo de redemocratização, ou seja, no ano de 1993 emergiu uma nova lei que a encaminhou para a área de Ciências Sociais e Humanas em caráter optativo e a critério das instituições escolares.

Passados mais de vinte anos o nosso Exército criou um projeto para crianças denominado *Atiradores Mirins*. Ele é desenvolvido nos Tiros de Guerra que são pequenas unidades castrenses localizadas em vários municípios brasileiros e destinadas à prestação do serviço militar por parte dos jovens que atingem a idade prevista. Nelas as crianças oriundas da sexta, sétima e oitava séries do ensino fundamental recebem uniformes militares, aprendem a marchar e desfilam no dia sete de setembro. Assistem aulas de civismo e adquirem conhecimentos relativos à cidadania, higiene e primeiros socorros

durante os meses de maio a novembro, uma vez por semana, no período da tarde. Mais de uma dúzia de municípios pertencentes ao Estado de São Paulo já firmaram parceria com os Tiros de Guerra para encaminhar a eles seus alunos do ensino fundamental em atendimento ao forte interesse manifestado pelos pais desses alunos.

Contemporânea a este projeto apareceu também a denominada *Escola Cívica Brasileira*, uma entidade organizada por um conjunto de voluntários na forma de um projeto social que continua tendo à frente um grupo de militares. Ela emergiu com a finalidade de fornecer apoio a crianças e jovens de sete a vinte e cinco anos de idade. A intenção principal de seus dirigentes é retirar essas pessoas da marginalidade e encaminhá-las para as escolas do ensino básico e superior. Encontra-se presente no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Moçambique e Guiné Bissau na África.

A novidade mais recente refere-se às denominadas *Escolas Cívico-Militares*. Elas foram criadas em janeiro de 2019 por meio de um decreto que instituiu a Subsecretaria de Fomento às Escolas-Cívico-Militares no âmbito do Ministério da Educação. O inciso primeiro do artigo dezesseis aponta que as mesmas deverão levar em conta valores cívicos, de cidadania e de capacitação profissional necessários aos jovens. O segundo propõe que as escolas civis deverão se basear nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares. O terceiro aborda a adesão voluntária dos entes federados. Os órgãos de comunicação revelaram que já existem aproximadamente duzentos e cinquenta dessas escolas em funcionamento. Também já foi anunciado pelo governo a criação de mais cento e oito delas nos próximos quatro anos.

O site do Ministério da Educação trouxe algumas informações oficiais importantes divulgadas pela assessoria de comunicação social em abril deste ano. Alguns pontos de realce devem ser expostos: o novo modelo será instalado sob demanda; a gestão administrativa passará a ser feita pelos militares que receberão cursos de capacitação; a gestão da organização didático-pedagógica ficará com os professores civis; os conteúdos se voltarão para o civismo, o patriotismo, a hierarquia, a disciplina e a ordem a. unida.

Em maio do citado ano ocorreu um seminário na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre as escolas cívico-militares. Houve manifestações favoráveis e contrárias a elas. A representante do Ministério da Educação disse que a população as almejam por causa de sua qualidade reconhecida, além da boa avaliação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e do resgate do patriotismo. Dois militares destacaram o respeito proporcionado aos professores, o fomento à hierarquia e disciplina

e a qualificação do corpo docente. Alguns professores presentes argumentaram que o custo do aluno chega a ser quase três vezes maior, que as escolas não militarizadas estão sendo abandonadas pelas Secretarias de Educação e relegadas aos alunos mais pobres, que apenas uma minoria privilegiada pode cursá-las, que está ocorrendo muita evasão e expulsão de alunos particularmente daqueles portadores da etnia negra, que os Institutos Federais possuem colocação superior no mencionado índice e que os investimentos deveriam ser canalizados para o incremento das escolas integrais.

Um pouco mais à frente, ou seja, em junho aconteceu o I Simpósio das Escolas Públicas Cívico-Militares que foi realizado no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados e teve como foco o decreto presidencial que fomentou tais escolas. O evento promovido pela Escola Cívica Brasileira contou com a participação da Frente Parlamentar em Apoio ao Ensino Militar no Brasil e com a presença do tenente Davi, atualmente capitão do Exército, um de seus principais idealizadores, que já elaborou diversos projetos de escolas cívico-militares para as redes públicas do país. Todos os presentes teceram elogios às escolas cívico-militares porquanto afirmaram que elas aumentarão o nível de segurança aos professores e alunos, produzirão um expurgo do perigo que assola os nossos jovens, revelarão melhora na qualidade do ensino e imprimirão um rumo à educação nacional. Um segundo simpósio foi concretizado na cidade de Jaú, S. Paulo, também em junho e alguns desses argumentos lá foram reproduzidos.

Fora desses ambientes formais os desentendimentos continuam. Diversos profissionais da educação já declararam que é inegável que nossas escolas necessitam de mais disciplina para o desenvolvimento do estudo e não para a obediência; a redução da individualidade incentiva a conformação à ordem estabelecida; não é uma boa escola aquela que prega a obediência cega; estas escolas sempre foram a escola pública da elite; os alunos que nela estudam constituem um grupo bastante homogêneo logo os resultados tendem a ser melhores, uma escola não pode ser boa apenas para alguns e sim para todos, para nela entrar é preciso ser aprovado em concurso e existe cobrança de mensalidade. Outras declarações favoráveis oriundas de militares apontam que homens e mulheres da caserna representam modelos de disciplina e respeito a serem seguidos; ter no espaço escolar modelos que inspiram disciplina, educação e perseverança é extremamente positivo; a presença de militares na escola intimida a investida de criminosos e aliciadores de menores e os alunos ficarão mais protegidos, os pais mais tranquilos e a sociedade agradecida.

Comparando os dois blocos de argumentos nota-se que as declarações de ambos os lados refletem peculiaridades que são próprias de cada grupo, ou seja, civis versus militares e tanto um lado quanto outro possui boas intenções bem como apresentam argumentos que precisam ser criteriosamente examinados. Pode ser percebido também que sinteticamente os civis continuam firmes na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade para todos. Por sua vez os militares perseveram exibindo o tradicional discurso de que eles são diferentes, mais qualificados, mais éticos e que o modelo de organização militar é o melhor para orientar a vida em sociedade.

Além dessas manifestações existem outros tópicos no decreto mencionado que precisam ser comentados tendo em vista uma possível regulamentação. Um deles é o de que as escolas em questão deverão levar em conta valores cívicos e de cidadania, entretanto não menciona quais são eles. Civismo e cidadania são vocábulos próprios da teoria política. O comportamento cívico diz respeito ao ato de dedicação ao interesse público ou coletivo por oposição ao interesse particular. Parece que no meio militar este sentido se aplica haja vista que os servidores fardados exibem um notório respeito à coisa pública, realizam ações cívico- sociais e costumam fazer campanhas em benefício aos mais necessitados. Por sua vez a ideia de cidadania pode ser entendida de diversas maneiras conforme a corrente de pensamento adotada. Caso seja a liberal, por exemplo, se mostrará como cumprimento de deveres e gozo de direitos, se for atrelada ao ideário comunitarista se evidenciará como algo semelhante ao conceito de civismo. Entretanto, civismo e cidadania poderão ser confundidos com patriotismo ou compreendidos apenas como respeito aos símbolos nacionais, o culto à bandeira e o canto de hinos.

Outro tópico reza que deverá ser levado em conta também a capacitação profissional dos jovens. O sentido dessa capacitação precisa ser claramente estabelecido embora seja bastante provável a manutenção do entendimento reinante na caserna que é o de treinamento, uma atividade que acontece frequentemente em seu interior porque a profissão militar exige a demonstração de um elevado grau de perícia e de competência. E é justamente a pedagogia tecnicista que norteia todo treinamento militar.

Há ainda um terceiro tópico relativo à orientação que estas escolas deverão seguir os quais se referem aos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares. Estas expressões também não se encontram clarificadas, entretanto vamos expor aqui algumas características desses colégios para podermos fazer algumas inferências.

A esse respeito pode ser dito que os colégios militares são parecidos com as academias militares destinadas a formar oficiais para as três forças conforme já tratamos anteriormente. Em relação aos colégios militares do Exército as atividades escolares se iniciam com um período de adaptação para os alunos da primeira série com duração de uma semana. Neste lapso os alunos adquirem conhecimentos sobre os símbolos nacionais, os postos e suas graduações, o uso de uniformes, o tipo de corte de cabelo, os sinais de respeito, seus direitos e deveres e o código disciplinar. Praticam a ordem unida, participam de formaturas e desfiles e aprendem o gesto da continência ao superior hierárquico. Observe-se que o período de adaptação agrega um conjunto de atividades que serão repetidas durante todos os anos escolares bem como no decorrer de toda a vida profissional. Ao lado desse tipo de preparo encontra-se a formação acadêmica composta pelas matérias a serem aprendidas nas aulas.

Estes colégios que abrigam atividades pedagógicas nos períodos da manhã e da tarde são dotados de muitos recursos: laboratórios de química, física e biologia, salas para o aprendizado do inglês e do espanhol, ginásios cobertos, quadras poliesportivas, piscina e pista de atletismo dentre outros. Os alunos, devidamente fardados são hierarquizados com os postos da carreira militar que vai do cabo ao coronel. Concorrem para este escalonamento as notas e conceitos obtidos, a série em se se encontram e a conduta que manifestam as quais são registradas em fichas de observação. Os expedientes de controle do comportamento são o elogio individual, o elogio coletivo, a advertência e a repreensão. Um destacado código de ética composto pela hierarquia, disciplina, respeito aos símbolos nacionais, probidade, lealdade e dedicação norteia rigorosamente a vida da coletividade. Toda essa preparação serve de base para o seguimento na carreira militar cujos alunos da rede pública, em sua grande parte, não devem nela estar interessados e nem possuem condições para segui-la porque o processo de seleção para os cursos de formação de sargentos e oficiais é muito rigoroso e o exame de admissão é bem mais concorrido que o vestibular para medicina.

Tal como vimos anteriormente o paradigma da formação militar em todos os níveis e em todas as três forças possui dois elementos que são a uniformização e a diferenciação. Ambos se concretizam por meio da pedagogia tecnicista sob a égide de um estilo autocrático de administração. No caso das academias, devido os alunos possuírem idade mais avançada, já estarem dentro da carreira militar e se encontrarem em processo de preparação para o oficialato a atividade de diferenciação agrega o empoderamento o qual se encontra ausente na formação dos alunos que ocorre nos colégios militares. E

embora os alunos destas escolas tenham à sua disposição um amplo conjunto de recursos para desenvolver as mais diversas atividades optativas, as tarefas diárias que têm que dar conta consomem quase todo o tempo disponível.

Percebe-se, portanto, que o preparo discente em tais colégios pode ser visto pelo ângulo das teorias educacionais de cunho estruturalista, as quais apontam que a educação escolar trata o aluno como se ele fosse um indivíduo manipulável, respondente, um tipo de marionete ou uma massa flexível que pode ser esculpida em função de um modelo pré-definido e ajustável à realidade circundante. Apesar de tais colégios serem dotados de bastante autonomia, eles são obrigados a seguir a legislação federal que rege as instituições civis de ensino. Assim sendo, os mesmos devem elaborar uma grade curricular segundo as diretrizes contidas na Base Nacional Comum Curricular e acatar a proposta da gestão escolar democrática prevista na Constituição Federal e referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Observe-se que a concepção estruturalista de educação não é contemplada na referida base, porquanto esta se apoia no ideário pós-moderno o qual confere um elevado grau de poder ao aluno haja vista a adoção do projeto de vida como um de seus principais expedientes. Vale notar inclusive que outros referenciais encontram-se presentes no ensino básico, os quais divergem essencialmente do modelo pedagógico castrense, pois consideram a liberdade, a autonomia e a proeminência do sujeito bem como a sua capacidade de promover alterações na vida em sociedade. A título de exemplos podem ser citados o construtivismo de Vigotsky, a pedagogia crítica de Paulo Freire e a teoria da resistência de Giroux. Por sua vez, o estilo de gestão praticado pelos servidores fardados não é consoante aos mandamentos legais. As decisões tomadas pelos comandantes militares de maneira isolada e comunicadas aos demais assim como aquelas resultantes de consulta aos dirigidos são próprias do administrador autocrático. Quanto à pedagogia tecnicista ela tende a ser consoante à nova base curricular utilizável nas escolas castrenses uma vez que se encontra norteadas por uma quantidade significativa de competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos. Entretanto, o seu emprego tem que estar subordinado à gestão democrática da escola e pautado pelo princípio da politecnicidade na parte referente à formação profissional para que o aluno não seja submetido a processos de treinamento que são recorrentes no âmbito militar.

Considerações Finais

Utilizamos inicialmente o conceito de imaginário para tentar entender como os militares pensam, sentem e agem. Tendo-o por referência expusemos que o processo de socialização que ocorre no interior da caserna e que continua se repetindo de forma semelhante desde há mais de cem anos juntamente com a educação formal oferecida, dotada de certas peculiaridades constatáveis a partir do século dezenove até os dias de hoje, se apresentam como os grandes responsáveis pela introjeção na subjetividade dos servidores fardados da ideia de que eles são mais qualificados, mais organizados, mais eficientes, mais éticos e portanto superiores aos civis. É esta ideia que os conduz a interferirem no âmbito da sociedade civil. Muitas vezes estas interferências ocorreram por meio de golpes, porém foi verificado também que no decorrer do tempo eles se envolveram nos processos formativos escolares destinados aos civis.

Na sequência foi examinado o modelo educativo posto em prática pelos militares até antes do surto da pandemia. Neste exame emergiram os referenciais teóricos que explicam o modo pelo qual os servidores fardados são preparados. Verificou-se que o processo formativo agrega dois elementos dialeticamente contraditórios que são a uniformização e a diferenciação. Ambos estão a serviço do processo de despersonalização, isto é, a substituição da identidade civil pela militar. O primeiro visa instituir comportamentos padronizados e o segundo tem por objetivo ressaltar o aspecto original de cada um. Em se tratando da formação do oficial este segundo aspecto inclui o empoderamento do aluno. A pedagogia tecnicista é a viabilizadora deste modelo formativo que se desenvolve sob a égide de um estilo autocrático de comando e administração. Esta forma de educar colabora sobremaneira para que o futuro oficial internalize a concepção funcionalista de vida em sociedade que é adequada ao seu papel de mantenedor da ordem interna bem como interiorize os princípios do pragmatismo e do consequencialismo que são fundamentais à profissão militar, particularmente em situações de combate.

O sentido da militarização da educação básica estabelecido levou em conta o conceito de militarização em seu aspecto literal. Em decorrência ela adquiriu o significado de presença ativa de militares em diversos setores da estrutura educacional e/ou como o emprego de concepções militares nas organizações que são próprias da educação. De acordo com este entendimento foram apresentados diversos exemplos de envolvimento dos militares no ensino civil que aconteceram no desenrolar do século vinte bem como nos dias de hoje através das escolas cívico-militares. A implantação das mesmas tem

ocorrido em meio a manifestações favoráveis oriundas dos militares e reações contrárias emanadas de civis.

Na legislação que as instituíram encontra-se previsto o objetivo de promoção de valores cívicos e de cidadania porém sem explicitá-los. Não aparece nenhuma orientação a respeito da formação profissional dos alunos o que é muito preocupante porque pode descambar para o lado do treinamento. O que causa mais apreensão é a proposta de emprego do modelo pedagógico que é próprio das escolas militares cujo aspecto de diferenciação já mencionado anteriormente não inclui o empoderamento do aluno. O que vale mesmo é o aspecto uniformizador o qual tem por pressuposto uma concepção de aluno como indivíduo manipulável, respondente, semelhante à uma marionete movida por cordéis. O suporte didático é proporcionado pela pedagogia tecnicista que é muito criticada no meio acadêmico. O modelo autocrático de gestão envolve todo o processo formativo, observando que o mesmo, tal como já foi dito não mais possui validade convincente e só tem se mantido por causa do conservadorismo e do tradicionalismo militar. Além disso, ele fere o mandamento constitucional relativo ao emprego da gestão democrática.

Estas colocações nada auspiciosas leva a pensar sobre o que fazer. Após a realização de uma atividade reflexiva é possível visualizar algumas respostas. Considerando que a adesão ao modelo cívico-militar não é obrigatória vale sugerir que nossas faculdades de educação organizem eventos sobre o assunto, com incentivo ao debate, destinados aos professores e dirigentes escolares com vistas a impedir o aumento de adesões ou pelo menos evitar adesões acríticas, imediatas e impulsivas. Se possível promover eventos com a presença simultânea dos responsáveis pelas escolas cívico-militares e dos professores que rejeitam a sua instalação. Distribuir textos que tornem claro as peculiaridades das escolas cívico-militares devidamente acompanhados de esclarecimentos sobre as possíveis implicações e consequências resultantes do funcionamento das mesmas. Faz-se necessário aumentar expressivamente a produção intelectual sobre tais escolas e socializá-la da maneira mais ampla possível. Cabe colocar mensagens ou fazer pronunciamentos nos meios de comunicação a respeito delas, realizar troca de ideias nas redes sociais, organizar e participar de manifestações questionadoras de sua existência e mover ações na justiça caso seja constatado alguma incompatibilidade com a legislação educacional em vigor. Revela-se imprescindível entrar em contato com deputados para que um conjunto deles organize uma frente consoante ao posicionamento

assumido pelos professores mesmo porque já existe uma bastante atuante a favor do posicionamento assumido pelos militares.

Em relação às instituições escolares que já aderiram cabe entrar em contato com elas e com as diretorias regionais de ensino e secretarias municipais de educação para instruí-las no sentido de que a gestão democrática prevista na Constituição e referendada pela Lei de Diretrizes e Bases seja integralmente preservada. Cabe alertar seus integrantes sobre a necessidade de que seja esclarecido o sentido dos valores cívicos e de cidadania previstos no decreto que criou estas novas escolas tendo em vista evitar que os mesmos sejam simplificados e vistos apenas como deferência aos símbolos nacionais, culto à bandeira e canto de hinos. É importante chamar a atenção de seus dirigentes e professores a respeito de que o possível emprego da pedagogia tecnicista deve ser decidido pelo colegiado escolar para evitar que a mesma se mantenha a serviço do autoritarismo pedagógico e de uma proposta de formação profissional vinculada à concepção de treinamento. Cabe adverti-los ainda sobre a necessidade de empoderar os alunos uma vez que a concepção militar de natureza humana se mostra inadequada porquanto não é aceitável conceber o homem como um ser essencialmente passivo e moldável.

Parece claro que todas as colocações e argumentos aqui apresentados não tiveram por meta descartar as colaborações que os servidores fardados podem ofertar ao ensino civil. Ao contrário, sabe-se que as Forças armadas encontram-se capacitadas para dedicar contribuições à nossa educação básica. Entretanto tais auxílios devem ser compatíveis com os pressupostos teóricos e a natureza dos processos formativos destinados aos paisanos mesmo porque inexistem justificativas suficientemente sólidas e convincentes a favor da militarização do ensino civil. Julgamos certo que a ideia de sociedade educadora, que inclui o uso de múltiplos espaços pedagógicos, se apresenta como o melhor critério para decidir a respeito das possíveis propostas de parceria com a esfera militar.

Referências

BARAK, Mikhal. Civic Education in Israel. **Adalah's Newsletter**, v. 18, sep. 2005. Disponível em: <https://www.adalah.org/uploads/oldfiles/newsletter/eng/sep05/ar1.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CAMPBELL, Donald; HANNAH, Sean; MATTHEWS, Michael. Leadership in Military and Other Dangerous Contexts: Introduction to the Special Topic Issue. **Military Psychology**, v. 22, 2010.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CAVAGNARI, Geraldo. Autonomia Militar e Construção da Potência. *In: As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987

COELHO, Edmundo. **Em Busca de Identidade**: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000

FOULCAUT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2018

GIROUX, Henry. **The Militarization of US Higher Education of After 9/11**. First Published September 1, Research Article, Sage Journals, 2008

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Atlas, 2015

KUPCHIK, Aaron; MONAHAN, Torin. The New American School: Preparation For Post-Industrial Discipline. **British Journal of Sociology of Education**, v. 27, n. 5, nov. 2006.

LUDWIG, Antonio. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUTZ, Catherine. Militarization. *In: Companion of the Anthropology of Politics*. Edited by David Nugent and Joan Vicent. Austrália: Blackwell Publishing, 2007.

OSANLOO, Azadeh. Unburying Patriotism: Critical Lessons in Civics and Leadership Ten Years Later. *The High School Journal*. **The University of North Carolina Press**, v. 95, n. 1, fall 2011.

OTLEY, Charles. Militarism and Militarization in the Public Schools. **The British Journal of Sociology**, v. 29, n. 3, sep. 1978.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SARTRE, Jean-Paul. **O Imaginário**. São Paulo: Ática, 1996.

SILVA, Orlando. **Estilos de Administração**. Rio de Janeiro: Didática e Científica, 1990.

SOUZA, Rosa. A Militarização da Infância: Expressões do Nacionalismo na Cultura Brasileira. **Cadernos Cedes**, ano XX, nov. 2000.